RELATO

REVISTA DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Extifal, Maceió, v. 4, n. especial 2, p. 36-50, 2026, ISSN: 23189495

https://periodicos.ifal.edu.br/extifal

Recebido em: 01/06/2026; Aceito em: 25/09/2026; Publicado em: 19/11/2026

PAPO CIÊNCIA ESPECIAL: DIÁLOGOS AFROEXTENSIONISTAS COM OS NEABIS DO IF BAIANO SOBRE A LEI Nº 10.639/03

SPECIAL SCIENCE TALK: AFRO-EXTENSIONIST DIALOGUES WITH IF BAIANO'S NEABIS ON BRAZILIAN LAW Nº. 10.639/03

Cássia Maria Souza Costa Santana[1]

[1]Instituto Federal Baiano – IF Baiano. Autora correspondente: cassia.costa@ifbaiano.edu.br

RESUMO: O presente relato de experiência apresenta o projeto de extensão "Papo Ciência Especial: Educação para as Relações Étnico-Raciais – 20 anos da Lei nº 10.639/03", desenvolvido no contexto das comemorações dos 20 anos da promulgação da lei e da necessidade de promover o diálogo entre os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do IF Baiano acerca das memórias, desafios e impactos relacionados à implementação da legislação e à Educação para as Relações Étnico-Raciais. A ação buscou fortalecer a articulação institucional entre os NEABIs e ampliar o debate por meio da participação de pesquisadores, professores, escritores, arte-educadores e representantes de movimentos sociais de diferentes instituições. O projeto consistiu na produção e publicização de 11 episódios de um *videocast*, realizados em formato de encontros virtuais mediados pela jornalista Wanda Chase, reunindo, em cada episódio, integrantes dos NEABIs e convidados externos. Participaram da ação servidores dos 14 *campi* do IF Baiano, pesquisadores e comunidade externa. A proposta possibilitou o compartilhamento de experiências, práticas exitosas e desafios relacionados à institucionalização da Lei nº 10.639/03, à descolonização curricular e ao enfrentamento do racismo institucional. Como resultados, observou-se o fortalecimento dos NEABIs, a ampliação do debate sobre educação antirracista, a produção de memória institucional e a consolidação da extensão como espaço de diálogo, formação e produção de conhecimento articulado entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Palavras-chave: Educação para as Relações Étnico-Raciais. NEABI. Extensão. Lei nº 10.639/03. Papo Ciência.

ABSTRACT: This experience report presents the extension project "Special Science Talk: Ethnic Racial Relations Education – 20 Years of Law No. 10.639/03," developed in the context of the 20th anniversary of the enactment of the law and the need to promote dialogue among the Centers for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABIs) of IF Baiano regarding the memories, challenges, and impacts related to the implementation of the legislation and Ethnic-Racial Relations Education. The initiative aimed to strengthen institutional articulation among the NEABIs and broaden the debate through the participation of researchers, teachers, writers, art educators, and representatives of social movements from different institutions. The project consisted of the production and dissemination of 11 *videocast* episodes conducted as virtual meetings mediated by journalist Wanda Chase, bringing together, in each episode, NEABI members and external guests. Participants included staff members from the 14 campuses of IF Baiano, researchers, and members of the external community. The initiative enabled the sharing of experiences, successful practices, and challenges related to the institutionalization of Law No. 10.639/03, curriculum decolonization, and the confrontation of institutional racism. As results, the project contributed to the strengthening of the NEABIs, the expansion of debates on anti-racist education, the production of institutional memory, and the consolidation of extension activities as spaces for dialogue, training, and knowledge production articulated with Teaching, Research, and Extension.

Keywords: Ethnic-Racial Relations Education. NEABI. University Extension. Law nº. 10.639/03. Science Talk.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutura a sociedade, as relações sociais e destrói física e subjetivamente “corpos negros”. Provavelmente, por este motivo, seria ingênuo acreditar que as instituições de ensino, independente do nível ou esfera, seriam espaços isentos de ações racistas. Os espaços formais e não-formais de ensino produzem e reproduzem a discriminação, inferiorização e silenciamento de pessoas negras que compõem a comunidade acadêmica (Gomes, 2003).

Este relato toma como ponto de partida a morte do jovem estudante de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Lima da Silva, evidenciando como o racismo institucional opera nas instituições de ensino brasileiras. Ricardo, que atuava no movimento estudantil e de luta contra o racismo no ambiente acadêmico e que denunciava o *bullying* e ações racistas promovidas contra ele por colegas e docentes, diante da omissão da instituição, em maio de 2021, cometeu suicídio dentro da universidade (Alma Preta, 2021).

Ricardo não recebeu o suporte necessário e, infelizmente, passou a integrar a dura estatística dos óbitos por suicídio de jovens negros. Segundo Brasil (2018), o racismo constitui um importante fator relacionado às condições de vulnerabilidade que afetam a população negra, especialmente jovens e ao ambiente acadêmico um caminho possível de solução e mudança dessa realidade. Mas o caso do jovem estudante de Geografia da USP mostra que as escolas e universidades estão muito distantes de representarem espaços de cura, escuta e valorização das identidades negras.

Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira nos sistemas de ensino de educação básica, públicos e privados (Brasil, 2003), poderia proporcionar um debate diferenciado relacionado aos “corpos negros” dentro do ambiente escolar.

Embora a Lei nº 10.639/03 tenha ampliado os debates sobre relações raciais e impulsionado ações formativas em diferentes instituições, sua implementação ainda enfrenta inúmeras resistências. Estudos nacionais apontam dificuldades relacionadas à incorporação da temática nos currículos, na gestão escolar, na formação de professores e nas políticas institucionais (Fonseca; Rocha, 2019). A efetivação da legislação exige mudanças estruturais que ultrapassam ações pontuais e demandam compromisso político e pedagógico das instituições educacionais.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

A proposta de formação omnilateral dos Institutos Federais (IFs) e a obrigatoriedade da aplicação da Lei nº 10.639/03 nesses ambientes poderiam também apontar a construção de um espaço educativo mais favorável. Porém, a falta do debate racializado e a ausência de institucionalização do dispositivo legal supracitado produz um cenário pouco diferenciado em relação às demais instituições de ensino (Santos, 2020).

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pesquisas revelam que a institucionalização da Educação das Relações Étnico Raciais (ERER) permanece insuficiente (Santos, 2020). Muitos Institutos Federais apresentam pouca ou nenhuma referência à Lei nº 10.639/03 em seus documentos institucionais, demonstrando fragilidades na implementação de ações afirmativas, na formação continuada de servidores e na consolidação de políticas permanentes voltadas à equidade racial. Estudos sobre o IF Baiano também apontam a necessidade de fortalecer ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à temática (Fonseca; Rocha, 2019).

Diante da morte de Ricardo, dos desafios ainda presentes para a efetiva implantação da Lei nº 10.639/03 e da necessidade de fortalecer a ERER no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), emergiu a proposta de promover um amplo diálogo sobre os 20 anos da lei. A iniciativa partiu do reconhecimento de que a consolidação de uma educação antirracista demanda não apenas a existência de marcos legais, mas também espaços permanentes de reflexão, formação e compartilhamento de experiências.

Nesse contexto, por meio de uma série de episódios em formato de *videocast*, a terceira temporada do Papo Ciência fomentou debates entre os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do IF Baiano e convidados externos com reconhecida atuação no campo da ERER, buscando socializar memórias, desafios, avanços e perspectivas relacionados à implementação da Lei nº 10.639/03 em diversas instituições de ensino no país, bem como contribuir para a construção de uma memória institucional sobre a trajetória da educação antirracista.

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar e analisar o desenvolvimento dessa ação extensionista, trazendo à tona a relevância dos NEABIs, discutindo as potencialidades do *videocast* como espaço de diálogo, formação e fortalecimento das ações voltadas à ERER. Por se tratar de um relato de experiência baseado em documentos institucionais e materiais audiovisuais de acesso público

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

produzidos no âmbito da ação extensionista, este estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme disposto na Resolução CNS nº 510/2016.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza qualitativa, desenvolvido a partir da análise da ação extensionista realizada pelo IF Baiano em comemoração aos 20 anos da promulgação da Lei nº 10.639/03. Nesse sentido, a abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar a compreensão dos significados, das dinâmicas formativas e das relações construídas ao longo da execução do projeto, especialmente no campo da ERER. Além disso, o relato busca evidenciar o potencial da Extensão como espaço de produção e circulação de conhecimentos comprometidos com a promoção da educação antirracista, com o fortalecimento dos NEABIs e com o debate público sobre a implantação da Lei nº 10.639/03.

A ação compreendeu a produção e a publicação de uma série de doze episódios em formato de *videocast*, dos quais onze foram publicados, totalizando aproximadamente oito horas de conteúdo. O processo de desenvolvimento da ação, incluindo as etapas de produção e publicação dos episódios em plataformas digitais institucionais, ocorreu entre 2021 e 2023. Os episódios promoveram diálogos entre membros dos NEABIs do IF Baiano e convidados externos, com atuação nas áreas de ERER, Extensão, Cultura e Movimentos Sociais, abordando diferentes perspectivas relacionadas à Educação Antirracista e à implantação da Lei nº 10.639/03.

O projeto foi desenvolvido no âmbito do Papo Ciência, iniciativa criada durante a 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada entre 2019 e 2020, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Em sua primeira temporada, o projeto teve como tema “Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável”, buscando promover a divulgação científica por meio de entrevistas e diálogos com especialistas de diferentes áreas do conhecimento (IF Baiano, 2021). Posteriormente, a experiência foi ampliada e ressignificada como ação extensionista, passando a abordar temáticas relacionadas

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

à ERER, à educação antirracista e à implementação da Lei nº 10.639/03, fortalecendo o papel da Extensão na promoção do diálogo entre instituição, comunidade e diferentes atores sociais.

O projeto compreendeu quatro etapas: pré-produção, produção, pós-produção e divulgação. Essas etapas foram organizadas de maneira articulada e complementar, buscando assegurar a qualidade técnica do material produzido, a coerência pedagógica da proposta e a efetividade da ação extensionista junto ao público. Tal organização metodológica também contribuiu para integrar diferentes dimensões envolvidas na produção do *videocast*, incluindo aspectos comunicacionais, pedagógicos, técnicos e institucionais (Mocellin; Avila, 2026), reafirmando o caráter interdisciplinar da proposta.

A etapa de pré-produção corresponde ao momento de planejamento, organização e estruturação técnica, estética e operacional de uma produção audiovisual. Trata-se de uma fase fundamental, pois é nela que são definidas as diretrizes que orientarão todas as demais etapas do projeto, buscando garantir coerência narrativa, viabilidade técnica e alinhamento com os objetivos propostos.

Na terceira temporada do Papo Ciência, a pré-produção foi destinada à adequação e ao planejamento geral da proposta. Nessa etapa, foram definidos o tema da temporada, a linguagem comunicacional, a identidade visual e o formato dos episódios, considerando os objetivos do projeto e o público-alvo. A definição das temáticas buscou contemplar diferentes áreas do conhecimento e dimensões da implementação da Lei nº 10.639/03, promovendo abordagem interdisciplinar e ampliando o alcance formativo da ação extensionista. Também foi elaborado o planejamento editorial, estabelecendo a frequência de publicação, a duração média dos episódios e as plataformas de distribuição do conteúdo.

Além disso, foram realizadas as definições relacionadas à locação das gravações e à composição do cenário, buscando garantir uma identidade visual coerente com a proposta do *videocast*. Ainda nessa fase, ocorreram as contratações necessárias para a execução do projeto, incluindo a participação da jornalista Wanda Chase como apresentadora do programa, a contratação de empresa responsável pela captação e edição do conteúdo, bem como o serviço de plotagem utilizado na montagem do cenário.

Também integrou essa etapa o processo de seleção e convite dos participantes dos episódios, bem como a construção de uma pré-agenda de gravações. A

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

composição da lista de convidados ocorreu por meio da técnica de amostragem em bola de neve, metodologia “utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto” (Baldin; Munhoz, 2012, p. 50). Deste modo, a seleção dos convidados ocorreu por indicação e articulação entre participantes e integrantes dos NEABIs, considerando a atuação dos convidados nas áreas relacionadas à ERER, Extensão, Cultura e Movimentos Sociais. Inicialmente, os convites foram realizados por contato telefônico e por aplicativo de mensagens WhatsApp e, posteriormente, as confirmações formais ocorreram por meio de e-mail institucional.

Na etapa de produção, foram realizados os encontros preparatórios e as gravações dos programas do *videocast*. As atividades ocorreram de forma híbrida, entre os meses de setembro e novembro de 2022, articulando a participação remota dos convidados e a atuação presencial da equipe responsável pela mediação e gravação. Os convidados participaram por meio de uma plataforma de videoconferência, o que possibilitou reunir representantes de diferentes territórios e instituições, ampliando o alcance dos diálogos promovidos pela ação extensionista.

A equipe de produção, composta pela apresentadora, membros da equipe de comunicação e equipe técnica, atuou presencialmente em cenário montado na sala da Diretoria de Comunicação (DICOM) do IF Baiano. O espaço foi adaptado para atender às necessidades de captação audiovisual, iluminação, sonorização e transmissão, garantindo condições adequadas para a realização das interações ao vivo. Além da condução das conversas, a equipe também ficou responsável pelo acompanhamento técnico das gravações, organização do roteiro, acolhimento dos convidados e mediação das discussões.

Os encontros foram estruturados de modo a favorecer o diálogo entre os participantes, priorizando a troca de experiências, a socialização de práticas e a reflexão sobre a atuação dos NEABIs. A dinâmica híbrida contribuiu para ampliar a participação dos convidados e fortalecer a circulação de saberes entre diferentes contextos institucionais.

A etapa de pós-produção consistiu na organização e transformação dos encontros gravados em episódios finais do *videocast*. Inicialmente, foi realizada a decupagem dos materiais audiovisuais, identificando os trechos mais relevantes das entrevistas e definindo a estrutura narrativa de cada programa. Em seguida, os

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

arquivos foram encaminhados ao fornecedor terceirizado responsável pela edição dos episódios, contemplando a inserção de vinheta de abertura, legendagem, sincronização de áudio, ajustes de imagem e correção de cor, quando necessário.

Após a finalização da edição, cada episódio era submetido à apreciação e aprovação da equipe produtora, que avaliava aspectos técnicos, comunicacionais e a coerência do conteúdo em relação aos objetivos do programa. Essa etapa permitiu realizar ajustes antes da publicação, garantindo maior qualidade ao material disponibilizado ao público.

Concluída a aprovação, os episódios eram encaminhados para a inserção da janela de Libras, assegurando recursos de acessibilidade comunicacional e ampliando as possibilidades de participação e acesso da comunidade surda ao conteúdo produzido. Dessa forma, a pós-produção também se constituiu como uma etapa fundamental para garantir não apenas a qualidade técnica dos programas, mas também o compromisso da ação com práticas inclusivas e democráticas de comunicação.

Por fim, a última etapa correspondeu à distribuição e divulgação dos episódios produzidos. Após a publicação dos programas, os materiais eram encaminhados à equipe de jornalismo e redes sociais do IF Baiano, responsável pela elaboração das estratégias de comunicação e disseminação do conteúdo. Entre as ações realizadas, destacam-se a produção de *stories*, *cards* para o *feed* das redes sociais e matérias para o Portal Institucional (IF Baiano, 2023), ampliando o alcance das discussões promovidas pelo *videocast*.

Além da divulgação institucional, os convidados participantes eram marcados nas publicações e também compartilhavam os episódios em suas próprias redes sociais, contribuindo para potencializar a circulação do conteúdo e ampliar o diálogo com diferentes públicos. Essa dinâmica colaborativa favoreceu a ampliação do debate em torno das temáticas abordadas, especialmente no que se refere aos desafios e possibilidades da implementação da Lei nº 10.639/03 nos espaços educativos, bem como às experiências desenvolvidas pelos NEABIs na promoção da ERER.

A etapa de distribuição e divulgação revelou-se estratégica para consolidar o *videocast* como ferramenta de extensão, comunicação e formação, permitindo que os debates ultrapassassem os limites institucionais e alcançassem a comunidade externa. Ao ampliar a circulação das discussões sobre a implantação da Lei nº 10.639/03, os episódios contribuíram para fortalecer reflexões acerca da formação docente, da

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e africanas e do enfrentamento ao racismo no contexto educacional.

A sistematização das etapas de planejamento, produção, pós-produção e divulgação do *videocast* possibilitou a organização técnica da ação extensionista. A articulação entre comunicação, extensão e debate acadêmico favoreceu a ampliação do alcance das discussões sobre a implantação da Lei nº 10.639/03, fortalecendo a atuação dos NEABIs e promovendo interlocuções entre diferentes sujeitos e territórios. Nesse sentido, a seção a seguir apresenta os principais resultados e contribuições observados ao longo da execução do projeto, considerando as contribuições do *videocast* para os processos de formação, visibilidade institucional e fortalecimento das práticas de educação antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da terceira temporada do Papo Ciência evidenciaram a relevância dos NEABIs como espaços institucionais de articulação, formação e fortalecimento da ERER. A partir dos episódios produzidos, foi possível ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas pelos núcleos, promovendo a circulação de experiências, reflexões e práticas voltadas à implementação da Lei nº 10.639/03. Os diálogos estabelecidos ao longo da ação contribuíram para evidenciar o papel dos NEABIs na construção de estratégias de enfrentamento ao racismo e na promoção de práticas educativas comprometidas com a valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e africanas.

Tabela 1 – Episódios publicados e alcance do Papo Ciência – Temporada 3

Episódio	Data de publicação	Duração	Visualizações*
EP 01 – A Lei nº 10.639/03 – Vamos conversar sobre isso?	09/01/2023	27:01	379
EP 02 – Racismo Institucional	16/01/2023	42:05	344
EP 03 – Os desafios para a aplicação da Lei nº 10.639/03	25/01/2023	35:43	157
EP 04 – Diálogos Plurais	31/01/2023	43:01	108
EP 05 – Descolonização Curricular	07/02/2023	47:27	462
EP 06 – As Artes e a Lei nº 10.639/03	13/02/2023	29:09	309
EP 07 – O ensino da Matemática e a Lei nº 10.639/03	01/03/2023	52:36	207

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Episódio	Data de publicação	Duração	Visualizações*
EP 08 – O ensino de História e a Lei nº 10.639/03	06/03/2023	46:40	353
EP 09 – O ensino de Literatura e Língua Portuguesa e a Lei nº 10.639/03	23/03/2023	56:51	318
EP 10 – Os NEABIs e a implementação da Lei nº 10.639/03	12/06/2023	27:53	171
EP 11 – A institucionalização da Lei nº 10.639/2003	21/12/2023	44:48	628

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de publicação e visualização dos episódios do Papo Ciência. *Número de visualizações registrado até 03/06/2026.

Os dados apresentados na Tabela 1 permitem dimensionar o alcance dos episódios publicados. Até 3 de junho de 2026, os 11 episódios contabilizavam, conjuntamente, 3.436 visualizações, com média de aproximadamente 312 visualizações por episódio. A duração total dos episódios foi de 7 horas, 33 minutos e 14 segundos, correspondendo a uma duração média aproximada de 41 minutos por episódio. Os registros também evidenciam variação no número de visualizações entre os episódios, com maior número de visualizações no EP 11, sobre a institucionalização da Lei nº 10.639/03, seguido pelo EP 05, sobre descolonização curricular, e pelo EP 01, dedicado à apresentação da própria legislação. Esses dados permitem observar a circulação dos conteúdos nas plataformas digitais, embora o número de visualizações, isoladamente, não possibilite dimensionar o nível de engajamento ou o número de espectadores únicos.

Embora não tenham sido realizados procedimentos sistemáticos de coleta e análise de feedback dos participantes, as interações estabelecidas ao longo das transmissões e dos processos de produção permitiram identificar manifestações recorrentes acerca da importância de iniciativas dessa natureza para o fortalecimento do debate sobre as relações étnico-raciais no âmbito institucional. De modo geral, os participantes destacaram a relevância de criar espaços de diálogo, compartilhamento de experiências e visibilidade para as ações desenvolvidas pelos NEABIs, reconhecendo o Papo Ciência como uma possibilidade de ampliar a circulação dessas discussões entre diferentes sujeitos e setores da instituição. Essas manifestações, ainda que não constituam dados de avaliação sistematicamente coletados, dialogam com os resultados observados na experiência e reforçam a percepção de que ações extensionistas dessa natureza podem contribuir para manter a temática das relações étnico-raciais em circulação no cotidiano institucional.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Os debates promovidos ao longo da ação extensionista evidenciaram a necessidade de tensionar as estruturas curriculares historicamente construídas a partir de referenciais coloniais e eurocentrados. As discussões ressaltaram a importância da contracolonização do currículo como estratégia de enfrentamento às invisibilizações produzidas no espaço escolar, defendendo a inserção, valorização e centralidade de povos e sujeitos historicamente silenciados nos processos educativos, como as populações negras, quilombolas e indígenas.

Nesse contexto, os diálogos reforçaram a necessidade de produzir “rasuras” no currículo posto, questionando narrativas hegemônicas e ampliando os referenciais epistemológicos presentes nas práticas pedagógicas (Bem Baiano, 2023). Uma vez que um currículo que só reconhece determinados sujeitos como produtores legítimos de conhecimento não é um campo neutro. É apenas uma forma muito organizada de apagamento histórico.

A experiência revelou, ainda, que a implementação da Lei nº 10.639/03 ultrapassa a inclusão pontual de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, exigindo transformações mais profundas nas concepções de ensino, nos materiais didáticos, nas práticas institucionais e nos modos de compreender a produção do conhecimento (Bem Baiano, 2023). Nesse sentido, os debates promovidos pelos NEABIs contribuíram para fortalecer reflexões críticas acerca do currículo, da identidade, da memória e dos processos de representação, reafirmando a importância de uma educação comprometida com a pluralidade de saberes e com a construção de práticas efetivamente antirracistas.

Durante o programa, foram promovidos debates acerca da implementação da Lei nº 10.639/03 em diferentes áreas do conhecimento, evidenciando que a ERER não deve se restringir ao ensino de História. As discussões abordaram possibilidades de aplicação da legislação também nos campos das Artes, da Matemática, da Literatura e da Língua Portuguesa, destacando a necessidade de construção de práticas pedagógicas interdisciplinares comprometidas com a valorização das histórias, culturas e saberes da população negra.

As discussões também evidenciaram que, embora a Lei nº 10.639/03 represente um avanço significativo para a educação brasileira, seus efeitos precisam ser analisados de maneira crítica e cuidadosa. A legislação contribuiu para oferecer respaldo legal e institucional às práticas pedagógicas voltadas à ERER, fornecendo aos docentes um arcabouço normativo que legitima o desenvolvimento dessas ações

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

no cotidiano escolar. Contudo, os relatos compartilhados ao longo da experiência demonstraram que a existência da lei, por si só, não garante sua efetivação plena nos espaços educativos.

Nesse contexto, emergiram reflexões sobre as tensões e resistências enfrentadas por professores e professoras que trabalham com as temáticas previstas na legislação. Os debates apontaram que muitos profissionais ainda são alvo de perseguições, processos de criminalização, denúncias e diferentes formas de assédio por abordarem questões relacionadas às relações raciais, à história da população negra e às desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira (Bem Baiano, 2023).

Dessa forma, a experiência reforçou a compreensão de que a consolidação da Lei nº 10.639/03 demanda não apenas respaldo jurídico, mas também condições institucionais, formação continuada, proteção aos profissionais da educação e fortalecimento de políticas públicas comprometidas com o enfrentamento ao racismo. Os diálogos promovidos pelos NEABIs evidenciaram, portanto, a importância de construir redes de apoio, resistência e formação coletiva capazes de sustentar práticas pedagógicas críticas e transformadoras no interior das instituições de ensino (Bem Baiano, 2023).

Outro aspecto importante se refere ao fortalecimento institucional dos NEABIs dentro do IF Baiano. Ao dar centralidade às experiências e ações promovidas pelos núcleos, a iniciativa contribuiu para ampliar o reconhecimento de sua atuação no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à promoção da equidade racial. Além disso, os debates realizados evidenciaram que a implementação da Lei nº 10.639/03 permanece como um desafio contínuo, demandando investimentos em formação docente, revisão curricular e consolidação de políticas institucionais permanentes.

No campo da produção do *videocast*, a experiência também se revelou marcada por diferentes desafios operacionais e institucionais. Entre as principais dificuldades enfrentadas estiveram a conciliação de agendas entre os participantes, as recorrentes negativas ou indisponibilidades de convidados externos, os problemas de conexão com a internet durante as gravações remotas e os entraves burocráticos relacionados aos processos de contratação no serviço público. Em alguns momentos, as instabilidades técnicas comprometeram a qualidade da transmissão e das imagens

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

captadas, exigindo reorganizações constantes da equipe e adequações no processo de produção.

Apesar dos obstáculos enfrentados, a experiência revelou potencial formativo e político, sobretudo pela diversidade dos debates promovidos e pela relevância das reflexões construídas coletivamente ao longo dos episódios. As dificuldades operacionais e institucionais não inviabilizaram a ação; ao contrário, reforçaram o comprometimento da equipe e dos participantes com a criação de espaços permanentes de diálogo sobre a ERER e a implementação da Lei nº 10.639/03. Nesse contexto, a iniciativa reafirmou a importância dos NEABIs como espaços de articulação, resistência e produção de conhecimentos comprometidos com a educação antirracista.

A experiência também evidenciou o papel da extensão na democratização do conhecimento e no fortalecimento das relações entre instituição e comunidade. Os episódios possibilitaram ampliar a circulação de experiências, saberes e reflexões produzidos no âmbito dos NEABIs, alcançando públicos diversos e ampliando o acesso às discussões sobre relações raciais no contexto educacional.

Por fim, a ação demonstrou que iniciativas extensionistas voltadas à valorização dos NEABIs podem contribuir de maneira significativa para o fortalecimento das políticas de ERER na EPT. Mais do que promover debates pontuais, o projeto possibilitou ampliar a visibilidade de sujeitos, práticas e experiências historicamente marginalizados nos espaços educacionais, reafirmando a importância da atuação coletiva na construção de uma educação socialmente comprometida, plural e efetivamente antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da terceira temporada do Papo Ciência demonstrou o potencial da Extensão como espaço de diálogo, formação e circulação de saberes comprometidos com a ERER. Ao reunir os NEABIs do IF Baiano e convidados externos em torno dos 20 anos da Lei nº 10.639/03, a iniciativa possibilitou compartilhar experiências, fortalecer articulações institucionais e ampliar o debate sobre os desafios e as possibilidades de implementação da legislação na EPT.

Os resultados evidenciaram a importância dos NEABIs na promoção de práticas educativas antirracistas e na construção de estratégias voltadas ao

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

enfrentamento do racismo institucional. Além disso, o uso do *videocast* mostrou-se uma ferramenta relevante para democratizar o acesso ao conhecimento, produzir memória institucional e ampliar o alcance das ações extensionistas.

Como desdobramento dessa experiência, considera-se importante dar continuidade às ações extensionistas que aproximem e articulem os NEABIs do IF Baiano, especialmente por meio da produção de conteúdos audiovisuais e de ações formativas sobre a ERER. Nesse sentido, novas temporadas do Papo Ciência, a produção de materiais pedagógicos a partir dos debates realizados, a criação de espaços permanentes de formação para servidores e estudantes e a aproximação com outras instituições podem constituir caminhos para ampliar essa experiência. A continuidade dessas ações pode favorecer a circulação dos conhecimentos produzidos pelos NEABIs e contribuir para o fortalecimento de uma política institucional de educação antirracista na EPT.

Por fim, a experiência reafirma que a efetivação da Lei nº 10.639/03 e a construção de uma educação antirracista não constituem responsabilidades exclusivas dos NEABIs ou de grupos específicos, mas um compromisso coletivo de toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, a extensão se consolida como importante instrumento de articulação entre Ensino, Pesquisa e sociedade, contribuindo para a construção de instituições mais democráticas, inclusivas e socialmente comprometidas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos NEABIs do IF Baiano e aos convidados externos pela contribuição na construção do Papo Ciência e pelo compromisso com a Educação das Relações Étnico-Raciais, a cultura e a educação antirracista.

In memoriam, registramos nosso agradecimento especial à jornalista, apresentadora e ativista Wanda Chase, por sua participação nesta produção e por seu legado na valorização da cultura negra e na comunicação baiana.

REFERÊNCIAS

ALMA PRETA. **Estudante vítima de racismo comete suicídio dentro da USP**. São Paulo: Alma Preta, 2021. Disponível em:

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete suicidio-dentro-da-usp/. Acesso em: 13 maio 2026.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação Ambiental Comunitária: Uma experiência com a técnica de pesquisa Snowboll (Bola de Neve). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, p. 46-60, 2012. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193. Acesso em: 10 maio 2026.

BEM BAIANO. **Papo Ciência – Temporada 3**. YouTube, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLHUwSIkS1cIeDWi3ryzhYb6-niySGmYOn. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros: 2012 a 2016. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

FONSECA, Marcus Vinícius; ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues da. O processo de institucionalização da Lei nº 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/YXTp7BmKB6MSTnGmfp4kCkc/?lang=pt. Acesso em: 5 maio 2026.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, p. 167-182, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012.

IF BAIANO. **Podcast do IF Baiano lança episódio especial sobre participação das mulheres na ciência**. Salvador: IF Baiano, 2021. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/blog/podcast-do-if-baiano-lanca-episodio-especial sobre-participacao-das-mulheres-na-ciencia/. Acesso em: 25 maio 2026.
IF BAIANO. **Papo Ciência – Podcast: episódios**. Salvador: IF Baiano, 2023. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/papociencia/episodios/. Acesso em: 25 maio 2026.

MOCELLIN, Daiane; AVILA, Jacira Neves Liborio. Podcast Como Ferramenta Ativa: Potencialidades para Inclusão, Engajamento e Protagonismo Discente. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 33, p. 1-15, 2026. ISSN: 2965-6672. DOI: 10.70773/revistatopicos/777433772.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

SANTOS, Shyrlene Bezerra dos. **A implementação da Lei 10.639/03 nos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Campus Florianópolis (2004-2018): perspectivas docentes sobre o racismo institucional**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/221266. Acesso em: 5 maio 2026.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.